

ESTRATÉGIAS REGIONAIS PRÓ-DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

*Dinizar Fermiano Becker **

Resumo

Este texto traz a público uma primeira tentativa dos COREDES-RS de formular estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Compõe uma primeira parte qualitativa de uma iniciativa, visando à formulação de um plano estratégico estadual de desenvolvimento regional. Nessa primeira parte, desenha-se o desenvolvimento que se quer para o Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: COREDES-RS, desenvolvimento regional, planejamento, estratégias, diretrizes.

Abstract

This text brings to public a first agreement of the COREDES-RS formulating regional strategies pro-development of the State of Rio Grande do Sul. It is composed of a first qualitative part of an initiative, aiming the establishment of a state strategic plan towards the regional development. This part draws the development wanted to Rio Grande do Sul.

Keywords: COREDES-RS, regional development, planning, strategies, guidelines.

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre o fenômeno da globalização, se é um dado novo, se é somente um novo patamar de algo velho ou se não passa de

* Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNIVATES. Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES - RS.

um discurso ideológico que encobre o caráter pouco autônomo dos governantes face aos segmentos mais conservadores que os apóiam. Enquanto essa discussão se desenrola, os grandes grupos empresariais vão mudando a face do mundo da produção industrial, através de fusões, aquisições ou "joint-ventures" desenhadas para consolidar suas partes de mercado, num mundo em que as barreiras tarifárias se tornam, cada vez mais, uma prática "jurássica" e, portanto, condenável.

O fato dos grandes grupos empresariais atuarem no mundo todo não é novidade. O fim paulatino das barreiras ao livre comércio não modifica, aliás, o caráter nacional da propriedade das empresas transnacionais. Exemplo disso é a defesa explícita que os governos fazem de suas empresas, como assistimos recentemente em relação ao Projeto Sivam¹.

A novidade é a mudança da estratégia das grandes empresas, impulsionada pela e impulsionando a "globalização".

Ao nível da empresa, a globalização implica a unificação, em nível mundial, dos produtos, da cultura e da gestão. Isso faz com que as estratégias territoriais e tecnológicas da firma global sejam diferentes daquelas da empresa multinacional (Porter, 1991; Savary, 1991)².

Na estratégia multinacional, a filial, ao dispor de autonomia de gestão e de realizar todas as etapas de produção, da P&D à distribuição, de uma linha completa de produtos, agrega peso ao saber coletivo territorial. A estratégia global, ao fortalecer especializações e tornar menos densas as relações locais, restringe, de certa forma, as possibilidades de reorganização dos espaços menos desenvolvidos do ponto de vista tecnológico aos quais impõe relativa simplificação. Passa a existir, claramente, uma classificação:

A - espaços de produção e de desenvolvimento científico-tecnológico - onde se localizam a produção mais exigente e os centros de P&D, caracterizados pela existência de uma mão-de-obra qualificada, de uma importante infraestrutura de C&T (universidades, centros de pesquisa, fornecedores de base tecnológica qualificados);

B - espaços de produção - onde se localiza a produção standard, caracterizados pela disponibilidade de mão-de-obra, canais de distribuição, etc;

C - espaços de consumo.

¹ O Projeto Sivam é um projeto de controle e administração da floresta e do tráfego aéreo na Amazônia. Em dezembro de 1994, Washington interveio explicitamente para garantir o contrato de US\$ 1 bilhão com o governo brasileiro para a americana Raytheon Company.

² PORTER, Michael. *Estratégia competitiva*. 8. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1991.

Não há como deixar de reconhecer o caráter excludente da organização da produção impulsionada pela estratégia global ou mundial. Essa nova organização rebate-se no território reforçando, na maioria das vezes, hierarquias preexistentes, como visto acima no caso do Brasil, alijando as áreas mais frágeis das suas análises locacionais. Segundo, esperar que os governos centrais ajam, espontaneamente, em defesa dos espaços não rentáveis pode estar significando a perda de uma chance de sua inserção positiva na nova dinâmica mundial. Os governos centrais estão, via de regra, ocupados em cumprir uma agenda de eliminação de pressões inflacionárias onde o zeramento do déficit público aparece com máxima prioridade, tornando-os pouco receptivos a políticas de compensação ou de subsídios. Entretanto, as saídas não podem ser, exclusivamente, buscadas no nível federal. A articulação e a concertação em nível regional aparecem como uma alternativa a ser incentivada pelo que representam em termos de soluções originais e de avanço na elaboração de projetos de desenvolvimento democraticamente definidos.

2 NECESSIDADES E FINALIDADES DAS ESTRATÉGIAS REGIONAIS PRÓ-DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

Duas megatendências, complementares e, aparentemente, contraditórias, configuram e dinamizam o desenvolvimento contemporâneo. De um lado, observa-se a crescente transnacionalização de espaços econômicos. De outro lado, constata-se a decorrente regionalização dos espaços sociais. Transnacionalização e regionalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de desenvolvimento (Beck, 1997)³.

No primeiro caso, rompem-se devagar e decididamente os limites fronteiriços ao capital que passa a ter o mundo, enquanto espaço, para sua valorização.

No que se refere ao capital financeiro, o livre de (fronteiras) só é possível com o livre para (a valorização sem fronteiras), porque ocorreu o "desenvolvimento descontrolado do sistema financeiro privado internacional" (Tavares, 1993, p. 22)⁴. Dessa forma, o sistema financeiro privado livra-se dos controles dos bancos centrais nacionais. A relativa liberdade do sistema financeiro agrava

³ BECK, U. A reinvenção da política. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (1997). *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

⁴ TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luiz. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

e acentua a instabilidade do sistema global, gerando crises financeiras e desequilíbrios crônicos em muitos dos Estados nacionais. Entre outros, cita-se como exemplo mais distante a Ásia e outro mais recente, e mais próximo, o Brasil que queimou alguns bilhões de dólares para deter a sangria de divisas que se avizinhava.

Em conseqüência, os Estados nacionais acabam impotentes, não conseguindo executar sua própria política monetária, pressionados pelas gigantescas dimensões dos mercados financeiros privados, cujo caráter financeiro e poder especulativo aniquilam, ou tornam ineficientes grande parte dos instrumentos da política econômica tradicional (inclusive as das políticas setoriais). São exatamente o caráter financeiro e o poder especulativo que “desempenham um papel decisivo no processo de internacionalização e interdependência dos grandes mercados na economia mundial” (Tavares, 1993, p. 41).

Dessa forma, a transnacionalização dos espaços econômicos leva os espaços nacionais a se tornarem possibilidades alternativas à valorização do capital financeiro. As nações que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro transformam-se em suas bases nacionais ou locais, uma base sempre provisória e temporária, já que o capital financeiro caracteriza-se pela sua volatibilidade e mobilidade. Isso implica que, mudando as condições do processo de valorização, aparecendo outra base nacional mais em conta, mais favorável, o capital financeiro migra para essa nova base nacional. Os espaços econômicos nacionais transformam-se, assim, em espaços alternativos à valorização do capital. “... os governos nacionais estão hoje competindo entre si...” (Thurow, 1997, p.172)⁵ tanto quanto os estados brasileiros ou regiões competem entre si para atraírem empresas para se instalarem em seus territórios. Gerar condições favoráveis ou mais atrativas para localizar os investimentos em seus territórios transformou-se em uma necessidade do próprio processo de desenvolvimento contemporâneo e, segundo alguns governos, na única possibilidade.

As novas condições de concorrência, com as barreiras ao livre comércio caindo uma a uma, engendram reestruturações patrimoniais e tecnológicas entre as empresas que repercutem, naturalmente, sobre os territórios. O motor de toda essa “onda” de alianças, aquisições e fusões empresariais é a necessidade de adquirir eficiência ao menor custo possível, como forma de garantir fatias de mercado⁶.

⁵ THUROW, L.C. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁶ O BNDES realizou um estudo abrangendo 40 empresas, representando cerca de 7% do PIB brasileiro, sobre as estratégias de associação. As maiores preocupações desses grandes grupos são: redução de custos e aumento da eficiência. O objetivo das associações e da internacionalização perseguidas é o de continuar crescendo e manter fatias de mercado (Folha SP, 22/04/96).

O extravasamento dos mercados para além das fronteiras nacionais tem levado à busca de pontos capazes de responder positivamente a esses dois quesitos: eficiência e custo baixo, numa combinação de condições que varia segundo as características de cada segmento considerado (Markusen, 1993)⁷. Algumas vezes pesa mais a questão do custo e as empresas procuram, então, localizações onde a mão-de-obra não tenha um nível de sindicalização expressivo; outras vezes, a presença de uma infra-estrutura tecnológica mostra-se fundamental para a manutenção da vantagem comparativa em mercados de ponta. Em todos os casos, dois atores dividem a cena: as empresas e os governos. Os primeiros buscando melhorar seu potencial competitivo e os segundos procurando evitar o desemprego em seus territórios. Quanto maior a empresa, maiores são suas possibilidades de extrair as maiores vantagens possíveis do processo de escolha de uma localização. Quanto mais organizado e desenvolvido o território, maiores suas condições de atrair novos investimentos. A diminuição do ritmo de criação de empregos industriais faz com que a competição entre os territórios se acirre.

O posicionamento dos espaços mais frágeis, como é o caso, por excelência, das zonas de fronteira, frente às novas dificuldades que se colocam à superação do seu atraso relativo, é uma questão a ser enfrentada pelas comunidades regionais, tendo como parâmetros as tendências em relação à dinâmica da localização industrial e das migrações de trabalhadores.

Pela regionalização dos espaços sociais através da crescente territorialização da força de trabalho, surgem os guetos que podem ser locais, regionais e até continentais, como é o caso da África. Mas é, principalmente, em nível de comunidade, de bairro, de município, de região que a territorialização é mais problemática, já que não se territorializa em nível da União, ou do Estado. Os problemas decorrentes do processo rebatem com maior intensidade na instância político-administrativa mais próxima, ou mais acessível.

Sem dúvida, por um lado, existe um movimento geral de transnacionalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando as demais dimensões da vida humana como meio. Nesse processo, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados mundiais e é liderada pelos países do primeiro mundo, principalmente Japão, Alemanha e EUA. Esse conjunto de países e de conglomerados econômicos dão uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetivam em padrões de desenvol-

⁷ MARKUSEN, Ann. Trade as a regional development issue: policies for job and community preservation. In: NAPONEN, Helzi, GRAHAM, Julie, MARKUSEN, Ann. *Trading industries, trading regions*. New York: Guilford, 1993. pp. 285-302.

vimento para o mundo, deixando evidente de quem é a hegemonia no processo de desenvolvimento contemporâneo, o que conforma um processo de igualização econômico-organizacional.

Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sócio-cultural que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos ambientais (naturais) e culturais; e, segundo, pela busca de alternativas para sobreviver ao processo de globalização. Num primeiro momento, as iniciativas se caracterizam pela resistência, pela defesa, conformando estratégias defensivas. Num segundo momento, poderá ou não ocorrer, dependendo da experiência e da tradição de cada espaço em ações cooperadas, a adoção de ações ativas e cooperadas que poderão configurar estratégias baseadas nos "recursos" naturais e culturais de cada espaço (localidade, municipalidade, região, estado, nação, outros). É a contra-hegemonia passiva, negativa, defensiva, ou ativa, positiva, ofensiva, o que dá forma e conteúdo a um processo de diferenciação sócio-cultural.

Temos os dois lados da moeda: globalização econômico-organizacional e regionalização sócio-cultural. Ligando cara e coroa e mediando globalização (igualização) e regionalização (diferenciação) está o processo de flexibilização. É uma espécie de descentralização político-institucional de todos e em todos os espaços empresariais, sindicais, organizacionais, institucionais, estatais, locais, regionais, nacionais, que recoloca a possibilidade da alteridade; portanto, admite a existência de múltiplos sujeitos.

Nesse contexto, o próprio processo de desenvolvimento faz com que "cidades e regiões tenham agora que concorrer entre si para firmar posições nos fluxos globais (...) [de capitais e dos investimentos diretos] ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos" (Kumar, 1997, p. 165)⁸ do desenvolvimento contemporâneo.

Diante dessa dinâmica ou dessa lógica não restam muitas alternativas às comunidades regionais. Geralmente, duas reações têm demarcado as ações das comunidades regionais: passiva e negativa.

Na situação da reação passiva, encontram-se aquelas que não vêem outra alternativa a não ser aceitar a lógica do desenvolvimento contemporâneo. Por isso, reagem sendo submissos à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades que são oferecidas. É a tal da dependência submissa. Nessa forma de reação, a única possibilidade de se desenvolver uma determinada região é servir aos interesses dos conglomerados, transnacionalizados, concedendo-lhes todas as facilidades. Em alguns casos, doando fábricas inteiras. É a velha e atrasada fórmula de se fazer o desenvolvimento, concentrando investimentos e renda e,

⁸ KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

assim, gerando todo o tipo de desequilíbrios regionais e desigualdades sociais. Já na reação negativa, juntam-se os do contra. Um bloco de resistência contra os invasores, contra os interesses estrangeiros. Nesses grupos, destacam-se aqueles que prefeririam o atraso da miséria ao desenvolvimento humano equitativo.

Uma terceira via passa, entretanto, a ser possível. Geram-se, de fato, as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orientam-se pelas necessidades e interesses locais e na capacidade de articulação destes com os interesses globalizados.

Aceita-se, portanto, que exista uma tendência, atual e irreversível, que esteja se concretizando numa passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento como forma predominante para uma crescente participação das microdecisões, das micropolíticas e dos pequenos projetos, que levam à definição e constituição de múltiplos modelos e múltiplas formas de inserção de cada conjunto no processo global de desenvolvimento. Dessa forma, cada localidade, cada comunidade, cada municipalidade, cada região poderia optar por um processo de desenvolvimento que respeitasse seus valores e recursos específicos (culturais, naturais, éticos e morais) e melhor lhe oportunizasse participar do processo mundial de desenvolvimento.

Antes, no entanto, é preciso não esquecer porque é sempre necessário lembrar os limites desse processo. Esta é uma nova fase expansionista do sistema capitalista e, portanto, ocorre de acordo com seus pressupostos, ou melhor, de acordo com suas principais barreiras à emancipação humana: divisão do trabalho e propriedade privada.

Não pode haver espaço para ilusão! Essa nova fase expansionista ocorre dentro dos limites do Modo Capitalista de Produção. As transformações atuais são transformações capitalistas, cuja funcionalidade está a serviço da valorização do capital financeiro, transnacionalizado.

Os interesses do capitalismo "pelas particularidades do local, localidade, heranças e história coincide com a renovação global do reconhecimento, pelo capitalismo, da importância do local. Tal fato não se choca, mas, ao contrário, complementa a tendência do capitalismo, em sua fase global, de comprimir e unificar o espaço. A criação de um espaço global abstrato, homogêneo, gera um impulso contrário para a localização, a diferenciação e a diversidade" (Kumar, 1997, p.197).. É esse "encurtamento do espaço que põe em concorrência comunidades diferentes em todo o globo" (Harvey, 1993, p.271)⁹.

Portanto, qualquer "novo" modelo de desenvolvimento aparecerá ou se

⁹ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

conformará dentro desses parâmetros e limites do processo de valorização do capital, cujas relações dominantes realizam-se através das redes de controle das informações, da apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global. São esses instrumentos “pós-modernos” que, ao mesmo tempo que viabilizam a dominação em escala mundial, abrem a possibilidade, embora dentro de limites muito objetivos e concretos, para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos, necessidades e fantasias fragmentadas, não no sentido poético e saudosista, como a primeira vista poderia-se pensar. Mas, para uma finalidade muito objetiva e concreta: concorrer entre si, gerando espaços atrativos ao capital produtivo e alternativo à valorização financeira do capital.

O processo de desenvolvimento recente põe em marcha uma dinâmica nova que potencializa a produtividade porque “cidades e regiões têm que concorrer entre si”, “põe em concorrência comunidades diferentes” e “levam governos nacionais a competir entre si”. Assim, a valorização é acelerada no tempo e no espaço e a acumulação financeira alcança cifras gigantescas.

Nessas condições, a geografia dos gostos, dos desejos, das fantasias, das culturas, das naturezas, das economias, das políticas, das tecnologias, das sociedades, dos ambientes diferenciados se torna orgânica e dinamicamente a mola propulsora, sob o comando do capital, do novo padrão de desenvolvimento que se desenha e se avizinha. Por isso, não se tem nenhuma ilusão, nenhuma fé, de que, por exemplo, a “municipalização” disso ou daquilo seja melhor ou pior, para beltrano ou sicrano. Municipalizar, localizar, territorializar as dificuldades, as necessidades, os problemas é funcional ao sistema capitalista. Devolve-se, dessa forma, os desafios às comunidades regionais.

É a partir dessa nova realidade que se pode pensar estratégias pró-desenvolvimento regional como projeto alternativo que, num primeiro momento, pode ser funcional ao sistema, mas, com o tempo, quem sabe, pode transformar-se num processo emancipatório, já que este é o momento para que outros aspectos da vida humana, além do econômico-material, possam ser reintegrados ao processo de desenvolvimento, pois serão, sem dúvida, possibilitadores de trocas via diferenciação.

Nesse contexto, os modelos de desenvolvimento (as estratégias pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul), longe de surgirem totalmente armados da cabeça de um só homem ou de um grupo de tecnocratas [“devemos afastar a ilusão de que os administradores e os especialistas sempre sabem mais” (Giddens, 1997, p.229)]¹⁰, nascem entre os homens que os produzem

¹⁰ GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-industrial. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (1997). *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

através de um processo de uma troca dialógica ou através do exercício da democracia dialógica, conforme propõe Giddens (1997, p.130 e segs.).

Por isso, torna-se imperativo pensar em alternativas complementares à democracia representativa que a elevem de uma “democracia participada” para uma “democracia participante”, embora sabendo-se da crítica de Bobbio (1991, p. 50)¹¹ que afirma ser “a democracia direta (...) um corretivo útil, para a democracia indireta”. Apesar dessas limitantes, é preciso recuperar a possibilidade de que cada cidadão possa influenciar as decisões que o interessam. É mais, é preciso “uma democracia representativa que se abra às formas da democracia direta” (Occhetto, 1991, p. 14)¹². Isso será possível através da “progressiva combinação da democracia representativa com a democracia direta¹³, de modo a desenvolver cada liberdade (...) e cada forma de participação” (Cerroni, 1991, p. 62)¹⁴.

Visto dessa forma, o processo de desenvolvimento regional, enquanto modelo, já não tem a função de convencer ou de fazer compreender o valor de um determinado modelo ou de uma solução para a questão regional. Ele tem como tarefa pôr em marcha os desafios das massas: fazer ver melhor; fazer desejar.

Nesse sentido, dois aspectos essenciais da vida humana retornam à mesa das decisões, como fatores decisivos do processo de desenvolvimento: o cultural e o natural. O cultural (mundo construído regionalmente, pelo homem do local), produto das relações dos homens entre si e dos homens com a

¹¹ BOBBIO, N. *O Estado e o marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

¹² OCHETTO, A. Sobre o conceito de democracia mista. In.: BOBBIO, N. *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1991.

¹³ A combinação da representação e da democracia direta certamente será a experiência mais importante dos próximos tempos, pois não é gratuita a crise do Estado, formado exclusivamente sob o princípio da representação delegada. Ela é reconhecida por cientistas políticos de todas as ideologias e origina-se, principalmente, da impotência do Estado atual para gerar políticas sociais eficazes. Nasce, também, da tendência corporativa dos parlamentos, que têm se pautado por encaminhar os problemas gerais da sociedade e cuidar muito bem das suas próprias vantagens, reflexo dos interesses das suas maiorias, hostis às reformas que a sociedade reclama. A participação direta da cidadania proporciona, então, a criação de uma esfera pública não estatal, de controle sobre o Estado, através da qual o eleitor afirma a sua autonomia, de maneira individual ou agrupada, para dar ao seu voto a consequência pretendida e que tem sido fraudada pelo Executivo e pela instituição parlamentar, inclusive nos países modernos e desenvolvidos. Em vez de o Estado invadir a sociedade, este método impregna o Estado de um controle crítico permanente. É o caso do “Orçamento Participativo” em Porto Alegre.” (GENRO, T., 1994, p. 17).

¹⁴ CERRONI, U. Existe uma ciência política marxista. In.: BOBBIO, N. *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

natureza local, e o natural (mundo natural, mundo dado) são os elementos possibilitadores ou limitadores de uma inserção diferenciada de cada localidade no processo mundial de desenvolvimento.

Portanto, cada processo específico representa, ou melhor, expressa a conexão entre a produção material (natural), produção cultural e a produção ético-ideológica do lugar, respondendo, ao mesmo tempo, às necessidades sociais de mudança. Por isso, as estratégias pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul devem considerar as condições naturais, culturais e ético-ideológicas de cada região como pressuposto e, ao mesmo tempo, como resultado do próprio processo de desenvolvimento regional.

Abre-se, assim, a possibilidade de se reconhecer e de conferir autonomia às diferentes formas de organização das comunidades regionais e de suas formas de inter-relacionamentos (Stroh, 1995, p. 285). São as especificidades das características (culturais, naturais, ético-morais) da região que passam a conferir identidade ao local (Stroh, 1995, p. 285). Em decorrência, as regiões deixam de ser versões em escala menor dos estados. Elas adquirem especificidades que exigem estratégias próprias para dinamizar o seu processo de desenvolvimento (Haddad, 1993, p. 261)¹⁵. Ao adquirir ou necessitar de estratégias próprias, as regiões merecem modelos próprios e específicos de desenvolvimento.

São, enfim, as diferenças culturais, a diversidade natural e a pluralidade ético-ideológica que dão base aos diversos agentes dessas regiões para definir ou não a articulação interna nas regiões e da natureza de suas relações externas com a sociedade estadual, nacional, continental e mundial.

Daí advém a necessidade e a possibilidade de se conceber as estratégias pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul, como um projeto estadual fundado na cultura, na natureza e nos valores ético-ideológicos das regiões. E, por isso, pode e deve ser um projeto diferenciador e alternativo. Ainda mais que hoje as habilidades desenvolvidas em cada região tornaram-se "a única fonte de vantagem competitiva sustentável a longo prazo" (Thurow, 1997, p.104).

Nesse contexto, as especificidades (culturais, naturais, ético-ideológicas), porque fonte de diferença, tornam-se as moedas a definir os ritmos de valorização de cada região, enfim, valorização do humano, e, portanto, dinamizadoras de um processo próprio e específico de desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul.

¹⁵ HADDAD, P. R. Regiões, regionalismo e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: Algumas reflexões. *Análise Conjuntural*. Porto Alegre, v. 2, p. 255-270, agosto, 1993.

Na verdade, a crescente organização da sociedade moderna tende a transformar a sociedade civil no terceiro sistema de poder(...) (Nerfin apud Sachs, 1993, p. 30)¹⁶.

Deve servir, pois, o processo de elaboração das estratégias para

"... ajudar a sociedade civil a tornar-se o terceiro sistema de poder, a tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar a seu favor a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica, sejam elas privadas ou públicas" (Sachs, 1986, p. 115)¹⁷.

Portanto, embora se reconheça que existam limites muito concretos à participação social, através das suas organizações, nos processos decisórios, seria covardia não lutar para avançar e romper com esses limites. Acreditar nessa possibilidade, é um primeiro passo decisivo para ampliar a participação de todos os interessados na constituição e construção de um futuro diferente e alternativo à lógica contemporânea do sistema, uma transformação feita aos poucos, mas continuamente, pela intensificação e expansão do processo de democratização.

Na verdade, o processo de democratização pressupõe um novo ordenamento social, no qual transferir-se-ão para as sociedades funções antes exercidas pelo Estado, o que provocará uma transformação qualitativa do Estado, elevando-o para um patamar superior (Signorile, 1991, p. 196)¹⁸.

A referida tendência tem na base o caráter transformador e subversivo do próprio processo democrático e remete a discussão para o terreno gramsciano da hegemonia¹⁹, que se constrói e se consolida no nível da sociedade civil²⁰. Ali

¹⁶ SACHS, I. ... In: BÜRSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹⁷ SACHS, I. *Eco Desenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986a.

¹⁸ SIGNORILE, C. A democracia que transforma o Estado. In.: BOBBIO, N. *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

¹⁹ A respeito do conceito gramsciano de hegemonia ver: BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro. Graal, 1982. Capítulo 6; GADOTTI. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 1988. Capítulo II; GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; INNOCENTINI, M. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Tecnos, 1979; PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Capítulo III.; POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Capítulo II. GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Enandi, 1975.

²⁰ Para uma melhor discussão do que se entende por sociedade civil, consultar: BOBBIO, Norberto.

“... a conquista da hegemonia e a busca de consenso, entendidas como funções onde se exprime a atividade estatal na sua relação orgânica com todas as articulações da sociedade civil, longe de exigirem uma liberdade do Estado, empenham-se na conquista positiva de uma liberdade no Estado, ou seja, de uma liberdade na organização complexa da vida política e econômica que supere qualquer contradição entre participação e direitos políticos” (Occhetto, 1991, p. 113).

A conquista da “liberdade na organização complexa da vida política e econômica” depende em grande parte da organização do movimento social, de uma maneira geral [...], já que “a conquista da democracia é luta política, organização de interesses, clareza e concretização de objetivos” (Signorile, 1991, p. 198).

Para que isso se torne possível num futuro próximo, é preciso, desde já, trabalhar alternativas viabilizadoras e transitórias que entrelacem democracia representativa e democracia participativa, democracia indireta e democracia direta, democracia delegada e democracia participante. Ao longo desse caminho, é necessário transformar “democracia participada” em “democracia participante”, quer dizer, transitar “para um sistema democrático de tipo novo, mais avançado, que seria denominado de democracia organizada” (Vacca, 1991, p. 141)²¹, ou, como diz Bobbio (1991, p. 50/1), de “democracia integral”²². Ou como quer Giddens (1997) de uma democracia dialógica.

Uma sociedade democrática somente será efetivamente democrática se for organizada de uma forma diferente, já que a organização da sociedade tornou-se pressuposto e resultado do próprio processo de democratização. Além de ser trincheira garantidora das regras do jogo democrático, a sociedade organizada, ou melhor, a sociedade civil, na acepção que lhe confere Gramsci, funciona como dinamizadora do processo de transformações e aprofundamento da democracia. Nesse caso, vale a regra de quanto mais organizada a sociedade, mais democrática; quanto mais democrática uma sociedade, mais organizada.

Diante disso, o processo de desenvolvimento contemporâneo convive com uma dinâmica de transformações que extrapolam as transformações

Governo, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Capítulo II. Do mesmo autor: *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Capítulo I.

²¹ VACCA, G. Discorrendo sobre socialismo e democracia. In.: BOBBIO, N. *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

²² O orçamento participativo praticado na cidade de Porto Alegre é um primeiro e importante passo dado nessa direção.

quantitativas. Passamos por um intenso processo de transformações qualitativas, carregadas de expectativas cambiantes e flexíveis, o que acaba dando forma e conteúdo à incerteza, que, por sua vez, acaba configurando-se numa das principais variáveis a ser considerada e reconsiderada no processo decisório de organização de uma ação futura. Isso, por si só, traz o componente da flexibilidade para o interior do processo de planejamento, tornando-o, por necessidade, um processo, por excelência, dinâmico e aberto, passível de mudanças, adequações, correções, entre outras, a cada momento, seja na sua concepção, seja na sua elaboração, seja na sua execução.

Ao ser concebido como um processo aberto e flexível, o planejamento pressupõe um ponto de partida diferente das formas convencionais de se fazer planos. Parte-se das idéias ou do ideal, do sonho, do desejo, do futuro desejado, para só depois considerar o presente dado. Dessa forma, abre-se a condições para se contrapor: potencialidades às necessidades; o futuro desejado ao presente dado; o sonho à realidade; as idéias aos interesses; a qualidade à quantidade; as alternativas de soluções aos problemas; as possibilidades às dificuldades; as oportunidades às ameaças, tendo presente que o sentido de determinação predominante deverá ser sempre do primeiro para o segundo termo.

É dessa concepção móvel e flexível de futuro que emergirá um processo aberto à criatividade dos agentes na formulação de estratégias. Assim sendo, os desejos serão estratégicos, as potencialidades serão estratégicas, as idéias serão estratégicas, as oportunidades serão estratégicas, a qualidade será estratégica. Aberto, flexível, dinâmico, orgânico, o processo de planejamento assim concebido abre caminhos para se sair do cotidiano, da rotina, do fazer, do curto prazo, do imediato, e passa para a formulação de estratégias pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Em síntese, as necessidades de estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul se devem ao fato de que cada vez mais as regiões são levadas a concorrer entre si na geração de condições “favoráveis” e atrativas para localizar em seu território investimentos produtivos. Em conseqüência, é preciso articular e mobilizar os agentes regionais do desenvolvimento, tendo em vista sua participação crescente e direta na construção de uma inserção diferenciada no processo global de desenvolvimento contemporâneo.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- O processo de formulação de estratégias pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul (PRÓ-REGIÕES-RS) servirá de base organizadora, estruturadora e orientadora da intervenção dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDE-RS) nos debates e discussões sobre os rumos do desenvolvimento gaúcho.

3.2 Objetivos específicos

- Identificar potencialidades (e debilidades) regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.
- Detectar oportunidades (e ameaças) gerais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.
- Propor estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul.
- Contribuir para a construção de um projeto estadual de desenvolvimento regionalizado.

4 CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO GAÚCHO

4.1 Introdução

O Rio Grande do Sul é maior e mais complexo do que as estatísticas que o comparam com outros territórios. Dizer que o RS responde por 8,58% do PIB nacional não é suficiente para se ter uma visão nítida de sua importância no conjunto do país. É necessário agregar dados sobre as características de sua economia que o tornam singular: agricultura multifacetada, indústria diversificada, mas com integração incipiente, empresas de capital local, grupos empresariais de pequeno porte, ausência de uma história de investimentos estrangeiros massivos, regionalização da produção fortemente marcada.

A cultura rio-grandense, tão homogênea para quem a observa de fora, apresenta uma riqueza de nuances e de diferenças poucas vezes encontrada em outros territórios. O fato do estado ter sido ocupado, ao longo de dois séculos, seguindo o caminho da menor resistência da geografia, das vias de acesso e dos interesses dominantes forjou regiões com características construídas e conso-

lidadas pela natural diferenciação entre os pecuaristas do sul e os lavoureiros do centro, num primeiro momento. Entre os proprietários de terras de origem portuguesa e os alemães da Colônia de São Leopoldo, entre estes e os italianos, logo em seguida e, mais adiante, entre todos e a grande mescla étnica que resultou da colônia nova.

A forma de ocupação e o tempo envolvido contribuíram para que a zona de campos do Sul, a depressão central, a bacia do Gravataí, Guaíba e Sinos, a encosta do nordeste e o planalto adquirissem características próprias e fossem reconhecidos como diferentes.

Associada a essa ocupação peculiar, construiu-se uma rede urbana razoavelmente equilibrada, com a presença de várias cidades dinâmicas de porte médio, entre as quais estão distribuídas as infra-estruturas de produção, de ensino, de pesquisa e de desenvolvimento. A rede de universidades do RS apresenta a singularidade da participação importante de instituições comunitárias, comprovando uma outra faceta rio-grandense: a capacidade de associar-se, de formar parcerias.

O cidadão rio-grandense viveu sempre em situação limite. Primeiro, por estar na fronteira de um país continental, ameaçado, por longo tempo, pela inconformidade dos vizinhos, e, em seguida, pela situação de colono constantemente posto à prova pelo desamparo oficial e pela pressão da perspectiva da migração em busca de mais terras. O isolamento em relação aos governos centrais e a necessidade daí decorrente de buscar soluções próprias resultaram no desenvolvimento do associativismo. O movimento cooperativo, tão forte entre nós, foi decorrência dessas condições.

Buscar saídas próprias para seus próprios problemas aguçou o espírito crítico do rio-grandense. Um estado "politizado" foi o produto mais evidente dessa vontade de selar compromissos em torno de um projeto, de uma visão de futuro construída no coletivo.

4.2 Caracterização da Região Sul

4.2.1 Caracterização Geográfica e Ocupação do Território

A Região Sul compreende a área de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Sul, Fronteira Oeste, Campanha, Centro Sul, Central e Vale do Rio Pardo, totalizando 112 municípios com aproximadamente 28,83% da população do Estado e tendo uma participação de 21,65% no PIB estadual.

A Região Sul, predominantemente agrária, é constituída pelas áreas situadas abaixo da linha leste-oeste formada pelos vales dos rios Jacuí e Ibicuí,

onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura do arroz.

Geograficamente, é formada pela depressão central, planície costeira e campanha.

A depressão central se caracteriza por apresentar um relevo sem grandes variações altimétricas, onde dominam formas conhecidas como coxilhas.

A área apresenta dominância de Savana (campo), nos interflúvios de relevo conservado e solos rasos, representada por um tapete gramíneo, e de Floresta Semidecidual, nos vales encaixados e nas encostas das vertentes, formadas pelas drenagens menores. Em face ao intenso desmatamento para a agricultura que se verificou na área, a composição florística se apresenta bastante desfalcada.

A Planície Costeira é formada por depósitos sedimentares marinhos lagunares, eólicos e aluvionares do período quaternário. Constitui-se de ampla e extensa planície numa superfície plana e alongada onde ocorreu formação de restingas. Na porção leste da Região Sul aparecem a restinga da Laguna dos Patos e Lagoa Mirim onde dominam as pequenas lagoas codiformes e dunas de grande tamanho, junto à costa e terraços entre as lagoas.

Encontram-se, ainda, áreas pantanosas, de água doce, conhecidas como banhados, destacando-se pela extensão o do Taim, onde foi implantada uma estação ecológica.

A Região da Fronteira Oeste possui solos bastante rasos; porém, o alto teor de argila retém a umidade necessária à manutenção das pastagens. Os melhores solos regionais são encontrados ao norte, nos municípios de São Borja e Itaqui, que comportam uso agrícola mais diversificado e em áreas menos influenciadas pelas geadas. A presença de áreas com riscos de arenização representa característica peculiar a esta porção da Região. Estas áreas estão associadas à presença do arenito da formação Botucatu e referem-se às originadas pela combinação de solos de textura arenosa e fatores climáticos (exposição constante e ventos variáveis).

Os solos mais favoráveis à cultura do arroz irrigado concentram-se no sul, nos vales dos rios Santa Maria e Ibicuí, fazendo desta Região, a maior produtora estadual. Atualmente, devido à crise da agropecuária, alguns projetos vão em busca da diversificação, passando inclusive pela mudança de perfil de uma postura tradicional. Estão sendo criados programas de incentivo à produção, principalmente de hortifrutigranjeiros, além da pesquisa em piscicultura, suinocultura e produção leiteira.

Desde o início da ocupação do território gaúcho até aproximadamente a metade do século dezenove, a área situada ao sul do Rio Jacuí, a antiga "vaqueria del mar", de campos limpos por onde se haviam espalhado os rebanhos oriundos do gado introduzido nas Reduções Jesuíticas, constitui-se

na porção mais dinâmica da economia rio-grandense. Suas pastagens permitiram o desenvolvimento de uma pecuária que, articulando-se à economia do centro do país através do fornecimento do charque, viabilizou economicamente o povoamento da Região.

O ciclo do charque fez, ainda, com que muito cedo se consolidasse, na área da Campanha, a região ao longo da fronteira com o Uruguai de onde provinham os animais para o abate, uma rede urbana constituída, em sua maior parte, por núcleos oriundos de antigos acampamentos militares que assumiram, paulatinamente, funções comerciais e administrativas.

Com a implantação da ligação ferroviária do interior com o porto de Rio Grande, no final do século passado, surgiram charqueadas em algumas cidades.

O Sul, com sua concentração de renda e com uma população mais dispersa, contava com um mercado menos propício para sustentar a continuidade de uma industrialização baseada na produção de bens de pouca sofisticação, com empreendimentos voltados, essencialmente, para mercados locais. As poucas empresas desse tipo, que haviam surgido em algumas cidades, tiveram, em regra, dificuldade para expandir suas escalas de produção.

O padrão de ocupação do território na Região Sul determinou a formação de uma rede urbana equilibrada em que as cidades são relativamente distantes entre si e, predominantemente, de centros de serviços e de apoio à agropecuária regional.

4.2.2 Formação Sócio-Cultural

Os padrões históricos de crescimento econômico das regiões tiveram claros reflexos em nível de demografia. Um dos fatos mais eloqüentes, nesse sentido, foi o declínio da Região Sul nos últimos cem anos. Enquanto, em 1890, concentrava mais da metade (52,07%) da população gaúcha, pouco mais de um século depois, em 1996, passou a contar apenas com 24,95% do total do Estado.

No que se refere aos assentamentos de imigrantes, ocorreram, a partir do século XVIII, com os açorianos e em meados do século XIX, com alemães, franceses e italianos.

O declínio da importância relativa da Região Sul, no plano demográfico, decorreu, fundamentalmente, da incapacidade das estruturas econômicas locais em reter a população local, o que tornou a Região, ao longo de todo o período, origem de fluxos migratórios destinados a outras áreas mais dinâmicas.

Um aspecto a destacar no que se refere às estruturas demográficas da Região Sul é a urbanização precoce, concomitante à preservação de uma base econômica essencialmente ligada à agropecuária.

O PIB per capita varia de U\$ 2.544 a U\$ 3.564, valores inferiores à média do Estado (U\$ 4.227).

O índice de analfabetismo da população com 15 anos e mais encontra-se em 12,70%, enquanto no Estado a média está em 10%.

A Região possui um sistema educacional desde o ensino fundamental até o 3º grau, distribuído em 12 Universidades públicas e privadas, Campus avançados e Faculdades isoladas.

A Rede de Ciência e Tecnologia da Região é estruturada em 7 Pólos de Modernização Tecnológica que atuam no setor pesqueiro, alimentos, mineração e carboquímica e modernização industrial.

Quanto ao Ensino Técnico Profissionalizante, a Região conta com Centro de Pesquisa, Estação de Pesquisa e Produção, Escolas Rurais, Estações Experimentais e Centros de Pesquisa da FEPAGRO. Os cursos em escolas técnicas formais nos setores primário, secundário e terciário são ofertados por 56 escolas estaduais, 7 federais, 3 municipais e em 40 escolas particulares.

4.2.3 Formação Econômica

A partir da década de quarenta, ocorreram mudanças significativas na distribuição espacial do Produto Interno do Rio Grande do Sul. A maior queda de importância relativa correspondeu à Região Sul, cuja participação no PIB gaúcho reduziu-se à metade, caindo de 38,33% em 1939 para 17,34% em 1994. A participação do Sul no produto agrícola gaúcho cresceu de forma marcante na segunda metade da década de setenta, devido à expansão da lavoura - principalmente do arroz e, também, em segundo plano, do trigo e da soja - em áreas tradicionalmente ocupadas pela pecuária.

Os principais gêneros industriais representados na Região Sul no início dos anos oitenta, eram Química, Fertilizantes, Produtos Alimentares, Couros, Peles e Similares e Produtos Farmacêuticos e Veterinários.

Por outro lado, em vários gêneros de grande participação no perfil da indústria local houve uma redução substancial. É o caso dos produtos alimentares, gênero responsável por quase 60% do emprego industrial na Região, cuja participação no total do Estado caiu de 44,93% para 34,91%.

A Região Sul apresenta uma estrutura econômica simples, calcada fundamentalmente em duas cadeias produtivas que respondem, direta ou indiretamente, por grande parte da renda gerada na Região: a da orizicultura e a da pecuária de corte. Estes dois segmentos enfrentam, atualmente, situação difícil.

A cadeia produtiva ligada à pecuária de corte, além dos problemas estruturais históricos que lhe conferem um baixo dinamismo, tem tido sua situação agravada pela crise recorrente dos grandes frigoríficos exportadores situados na Região.

Uma terceira cadeia produtiva agroindustrial de importância na Região é a da fruticultura e da produção de conservas, especialmente de pêssego.

Um dos maiores problemas da Região, no entanto, parece estar ligado à reduzida capacidade que os agentes locais têm evidenciado para identificar e explorar oportunidades de diversificação econômica. O surgimento do MERCOSUL, embora cause maiores dificuldades a curto prazo, pode gerar novas possibilidades para a área, em virtude de sua posição geográfica favorável.

4.3 Caracterização da Região Norte

4.3.1 Caracterização Geográfica e Ocupação do Território

A região Norte do Rio Grande do Sul compreende a área de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Nordeste, do Norte, da Produção, do Médio Alto Uruguai, do Noroeste Colonial, da Fronteira Noroeste, das Missões e do Alto Jacuí. Congrega 208 municípios e possui pouco mais de 21% da população do Rio Grande do Sul.

A Região está sobre duas unidades geomorfológicas, o Planalto das Araucárias e o Planalto das Missões.

No Planalto das Araucárias, a maior parte é ocupada pelos Campos Gerais, unidade que se desenvolveu sobre rochas efusivas de composição ácida, oriundas do derrame basáltico. O Planalto representa a área mais elevada e espessa do derrame, que nesta região está em torno de 800m. De modo geral as superfícies desenvolveram-se por extensa área na posição interfluvial do Rio das Antas e do Rio Pelotas e Uruguai. Estes últimos, limite político entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Resultante da decomposição do basalto, os solos dos campos são arenosos e pouco espessos, prestando-se mais à pecuária, através da ampliação das pastagens plantadas e da fruticultura, em especial da maçã e do pêssego. Alguns municípios, ao norte da Região, dedicam-se além da pecuária, à policultura, em pequenas propriedades. As áreas de reflorestamento são inúmeras, principalmente de *Pinnus elliotis*, que fomentam a indústria madeireira.

O Planalto das Missões possui formas mais homogêneas, retratadas, de modo geral, por colinas suaves bem arredondadas.

As características do Relevo de Planalto são propícias ao desenvolvimento de uma vegetação do tipo florestal tendo como principal elemento a Araucária angustifolia. Esta espécie, pela sua importância comercial, foi muito cortada para fins industriais, cujo resultado foi o seu desaparecimento quase total, mesmo nas áreas florestais remanescentes.

A Floresta Estacional Decidual ocorre bem a noroeste da Região, junto

ao Vale do Rio Uruguai, sendo formada por um número de espécies adaptadas à estacionalidade.

O desmatamento desta Floresta foi seguido de uma ocupação agrícola e pecuária intensas, sendo que, atualmente, pouco resta da mata que ali existia.

A ocupação do território, basicamente, foi alimentada pelos descendentes dos imigrantes europeus que haviam sido assentados na região nordeste. Após uma ou duas gerações, o crescimento acelerado da população nas regiões coloniais mais antigas, onde a fronteira agrícola havia se esgotado rapidamente, obrigava um contingente significativo de jovens a emigrar em busca de novas terras. Sendo ainda incipiente o processo de industrialização - e, portanto, escassos os empregos no meio urbano - o destino preferencial dessas levas de migrantes eram as regiões agrícolas pioneiras mais próximas, na época, situadas no Norte do Estado.

O povoamento desta área, portanto, é relativamente recente em comparação a outras áreas do Estado e do sul do país. Muitas das cidades mais importantes surgiram apenas no início deste século. Ao longo de sua história, fluxos de intensa migração estiveram intercalados com momentos de pouca procura pelas terras, principalmente, naquelas áreas onde o acesso era extremamente difícil. Todavia, entre 1920 e 1940, a população dobrou. Em 1950, a população do norte representava aproximadamente 40% da população do estado.

A evolução política tem sido caracterizada pela fragmentação das unidades político-administrativas, através da criação de um grande número de novas municipalidades. Em 1920, existia na Região, um número bastante reduzido de municípios, quadro este que sofreu pouca alteração até a metade do século. Essa situação alterou-se sensivelmente a partir da década de 60, quando ocorreram inúmeros movimentos emancipatórios, sendo característico desta Região de minifúndios, a atomização urbana.

4.3.2 Formação Sócio-cultural

Na área social, a ausência de políticas compensatórias adequadas para suplantarem os efeitos da exclusão social e do empobrecimento de parcela expressiva da população da cidade e do meio rural, reflete-se nas condições precárias de moradia, saneamento básico, higiene, saúde e educação.

Entre 1920 e 1940, a população da Região dobrou. A criação de novos municípios esteve relacionada com o aumento da população e com o imediatismo dos interesses políticos.

Uma análise dos censos demográficos realizados nas décadas de 80 e 90 mostra que vem ocorrendo um processo constante de urbanização e de

emigração. Além do grande número de pessoas que abandonam a Região, a cada década, muitas das suas cidades maiores estão recebendo contingentes que abandonam a vida rural em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Quando não as encontram, formam ao redor das mesmas, os chamados "bolsões" de pobreza, enquanto outros engrossam as fileiras dos movimentos de agricultores "sem terra".

O analfabetismo, na Região, entre a população acima de 15 anos é de 12,06%, portanto, superior à do Estado, que é de 10%.

A região conta, a seu favor, com um sistema educacional que vai desde o ensino fundamental até o 3ª grau, com a implantação das Universidades Regionais Comunitárias. Apesar destes esforços, o grau de analfabetismo ainda é bastante elevado em algumas áreas, sendo também expressivo o número de docentes sem habilitação específica ou titulação no 1ª e 2ª graus. Insuficiente é, também, a oferta de ensino técnico profissionalizante.

Uma das principais conquistas históricas da Região reside na construção de uma forte "cultura associativista", forjada pelo esforço conjunto de seus habitantes a partir das primeiras décadas da colonização. Assim ocorreu com a construção de escolas, de igrejas, com a contratação de professores, com o atendimento médico-sanitário, com a fundação de sociedades recreativas e esportivas e com o desenvolvimento dos órgãos de imprensa e de divulgação.

Seguindo a mesma lógica, empreendimentos de maior envergadura surgiram e, posteriormente, multiplicaram-se em outras regiões do país. Dentre estes, destacam-se: o sistema cooperativista, o sistema de parceria direta entre a indústria e o fornecedor de matérias-primas, conhecido como sistema integrado, a articulação inter-institucional que ocorreu com a implantação do Distrito Geo-educacional 38 que inspirou o modelo de universidade - regional - comunitária - "multi-campi" e, mais recentemente, as ações que serviram de base para a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. As iniciativas supra-referidas revelam, não somente, a lógica do processo denominado associativista, mas, sobretudo, sua eficácia concreta, visto que incidiram em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico, social, educacional, científico, tecnológico e cultural. Em seu conjunto, estas ações compensaram a ausência do Estado, induziram ao desenvolvimento de parcerias entre o setor público e o setor privado, produziram inovações na concepção da relação entre o público e o privado e viabilizaram o surgimento de novas mediações na interação entre sociedade civil e Estado, reforçando o processo de construção da cidadania.

Os valores originados desta trajetória histórica contribuíram para configurar a *identidade*, a *marca* e o *capital social* da Região cujos traços mais

característicos são: o pioneirismo, a capacidade empreendedora e de trabalho, o associativismo concretizado em organizações de variada natureza, mobilizador das forças econômicas e sociais endógenas e indutor de práticas que contemplam o pluralismo, a construção de consensos e a inovação na reconstrução das relações entre sociedade civil e Estado.

Em virtude do processo de colonização, a Região é caracterizada também por uma grande diversidade étnica, cultural e religiosa, que contribui para caracterizar uma identidade regional diferenciada no contexto do sul do país. Há que se considerar ainda, nesta situação, a população indígena que habita a Região.

4.3.3 Formação Econômica

Economicamente é uma região de contrastes, onde, ao lado de localidades extremamente prósperas, há outras de extrema pobreza. A coexistência de PIB *per capita* de US\$ 1.941,40 ao ano no Médio Alto Uruguai, e municípios de US\$ 4.531,00 no Alto Jacuí revela a intensidade dessas desigualdades. A média do conjunto dos municípios situa-se em torno de US\$ 3.200,00, sendo que a média do Rio Grande do Sul é de US\$ 4.227,00.

Parte importante da economia do Norte estrutura-se com base na pequena propriedade, explorada através do uso intensivo da mão-de-obra familiar, voltada à produção de carnes suínas e de aves, de leite, de frutas (maçã e citros) e de fumo. Outra parte da Região Norte é ocupada pelas médias e grandes propriedades, produtoras de grãos de trigo, de soja e de milho, adotando técnicas de produção intensivas em capital.

Com base na produção diversificada, estruturou-se na Região um setor de beneficiamento da produção agropecuária que constitui a parte mais importante do parque agro-industrial rio-grandense. Dado o porte pequeno dos estabelecimentos agropecuários na maioria dos setores, a comercialização e o beneficiamento da produção agropecuária implantaram-se sob a forma cooperativada dando origem a um setor cooperativista que conserva até hoje um peso muito grande no agrusiness estadual.

No conjunto, a estrutura produtiva da Região ainda está associada basicamente à agropecuária e à agro-indústria. Os complexos agro-industriais mais importantes são os da produção de grãos, especialmente de soja, de suínos e aves, de fruticultura (maçãs e citros) e da criação de bovinos, carnes e leite. Mesmo com deficiência de infra-estrutura de transporte, energia e comunicação, são expressivas as iniciativas de desenvolvimento industrial, que tiveram origem em pequenos estabelecimentos manufatureiros criados com capital local. A região apresenta, hoje, alguns centros com indústria relativamente diversificada,

com destaque na área agro-alimentar, metal-mecânica, moveleira, calçados, confecções, petroquímica de terceira geração e eletro-eletrônica.

Finalmente, para enfrentar os desafios representados pelas desigualdades sociais e pelos desequilíbrios intra e inter-regionais que na atual conjuntura estão se acentuando, bem como aqueles decorrentes das mudanças provenientes do surgimento do Mercosul e da globalização da economia, a Região vem desenvolvendo planos estratégicos destinados a moldar o seu crescimento futuro em uma nova matriz de desenvolvimento que, preservando a identidade regional configure uma perspectiva de reconversão associada à melhoria da qualidade de vida, com equidade social e com sustentabilidade.

Para viabilizar este empreendimento, elegeu como uma das estratégias básicas o aproveitamento máximo dos recursos de seu capital social para construir os consensos políticos necessários, mobilizar os agentes institucionais do setor público e privado e o conjunto da sociedade civil rumo a esta nova perspectiva do desenvolvimento regional e estadual.

4.4 Caracterização da Região Nordeste

4.4.1 Caracterização Geográfica e Ocupação do Território

A Região Nordeste abrange os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Delta do Jacuí, Vale dos Sinos, Litoral, Serra, Vale do Taquari, Paranhana/Encosta da Serra, Vale do Caí e Hortênsias, compreendendo 147 municípios, onde estão concentrados 49,76% da população do Estado e são gerados 60,23% do PIB total estadual.

A ocupação do território desta Região e, conseqüentemente, do Rio Grande do Sul está vinculada à política de povoamento adotada pelo governo brasileiro, nela se inserindo a da imigração e colonização européia.

Ao ter início a segunda metade do século XIX, o quadro demográfico do sul do país caracterizava-se por ser escasso e rarefeito, no que, aliás, não diferia do que acontecia ao longo da maior parte do Território Nacional.

Em diversas levas chegaram os imigrantes e foram fundadas colônias, entre elas, São Leopoldo, em 1824. A área florestal entre São Leopoldo e Santa Cruz do Sul passou a atrair o interesse de especuladores e, assim, suas terras foram loteadas e vendidas a colonos oriundos de São Leopoldo ou chegados da Alemanha.

Em 1844, recomeça o movimento migratório alemão. Nos dois primeiros anos, muito modestamente, mas intensificando-se a partir de 1846, quando chegam ao Rio Grande do Sul, 1.515 colonos. Fundam-se, então, novos núcleos coloniais, entre os quais Nova Petrópolis, em 1858. Colônias particulares também são fundadas em grande número nos Vales do Caí e do Taquari.

As colônias, neste período (1844 - 1874), se estabelecem nos Vales dos rios Jacuí, Pardo, Taquari, Caí e Sinos, cujos cursos são navegáveis e desembocam no Guaíba. A navegação fluvial assume importância crucial nesta época: é o único meio de transporte economicamente viável. Isto torna Porto Alegre o escoadouro privilegiado de toda a produção das colônias alemãs e italianas (imigração italiana, a partir da década dos anos setenta, superando a alemã).

Em 1875, quando a imigração italiana sobrepujou a germânica, os colonos ocuparam inicialmente as áreas hoje abrangidas pelos municípios de Caxias do Sul, Farroupilha e Carlos Barbosa, ou seja, as chamadas Colônias Velhas das imigrações italianas.

O desenvolvimento comercial e industrial da Região ocorreu a partir do processo de industrialização da Grande Porto Alegre, visto ser este o escoadouro exclusivo da produção da colônia, e Caxias do Sul a extremidade norte da zona industrial do Estado.

A configuração da urbanização também foi condicionada por elementos do meio físico, principalmente, os morros areníticos e basálticos que marcam a paisagem ao norte e os graníticos ao sul, bem como os rios que cortam a região, margeados por áreas inundáveis, banhados, morros, áreas com condições geológicas inadequadas, resultando em degradação de ambientes naturais não compatíveis com a transformação em áreas urbanizadas.

4.4.2 Formação Sócio-Cultural

A formação sócio-cultural da Região resulta do processo de aculturação das etnias lusa, italiana e alemã. A primeira, ocupando a zona dos Campos de Cima da Serra e o Litoral desde o século XVIII e as outras, a zona colonial.

A Região apresenta em seu conjunto espaços sócio-culturais bem específicos que se caracterizam pela sua homogeneidade. Isto se verifica mais nitidamente nas regiões da Serra, Vale dos Sinos, Hortênsias e Vale do Taquari pela identidade cultural e espírito empreendedor, aliados aos valores herdados dos imigrantes.

Esta região onde se localiza quase metade da população estadual apresenta altas taxas de urbanização e de crescimento populacional. É uma área de atração de população, principalmente a Região Metropolitana de Porto Alegre, onde estão o Delta do Jacuí e o Vale dos Sinos. Na Região Metropolitana, em 1996, 95,4% da população era urbana.

Em decorrência da elevada concentração de população nesta Região, a oferta de equipamentos e serviços de saúde, educação e de infra-estrutura, assim como a geração de empregos são insuficientes, tornando-se uma área com muitos problemas sociais, onde se agrava a marginalização da população.

4.4.3 Formação Econômica

O Brasil, a partir da década de 50, tem como proposição básica do governo o incentivo ao processo industrial. O processo já havia sido lançado com a industrialização de base. Competia, portanto, dar prosseguimento ao mesmo expandindo e modernizando a indústria de bens de consumo não duráveis, através de mecanismos de financiamento com forte participação do Estado.

O Rio Grande do Sul, já nesta época, possuía indústrias de certo porte, ligadas, em especial, ao gênero de produtos alimentares, com fortes vínculos com a base produtiva agrária e sujeitas às flutuações do setor primário.

Até meados da década de 60, a economia gaúcha passou por períodos alternados de aceleração e estagnação, refletindo o desempenho econômico nacional. O período de 1968 - 70 é a fase da expansão e modernização dos ramos tradicionais da indústria, principalmente daqueles ligados à agroindústria, que vinham sendo o sustentáculo da indústria gaúcha.

Alterações no processo de industrialização no Rio Grande do Sul vão ocorrer na década de 70, quando começou a instalação dos setores dinâmicos, primordialmente metalurgia, mecânica, transporte, química, material elétrico e de comunicações. Com exceção do material de transporte, os outros gêneros implantados no Estado produzem bens intermediários, sobretudo, para as indústrias do Sudeste e, mais especificamente, para São Paulo, criando, desta forma, um grau de subordinação do Rio Grande do Sul ao mercado consumidor - Região Sudeste - que interfere no setor secundário do Estado.

Quanto à distribuição espacial da base produtiva industrial, é inegável a importância da Grande Porto Alegre. Caracteriza-se por forte diversificação em sua estrutura, além de considerável integração entre os municípios que compõem a Região Metropolitana (RM), em especial aqueles ao norte de Porto Alegre. O processo de conturbação, que ocorreu nestes municípios da RM, foi favorecido pela presença da rodovia BR-116, aproximando o município de Caxias do Sul da Região Metropolitana.

Porto Alegre, atualmente importante quanto à atividade industrial, teve sua origem como entreposto comercial dos produtos agrícolas oriundos da zona colonial gaúcha. Tornou-se importante centro comercial a partir do momento em que passou, também, a suprir as necessidades de consumo da colônia, com produtos importados de outras áreas.

A função comercial possibilitou a formação de capital que, com a crescente demanda da zona colonial, foi reinvestido não apenas no comércio mas no processo industrial que, rapidamente, passou a suprir as necessidades do próprio Estado e até mesmo de outras regiões do País.

Porto Alegre, em 1980, destacava-se pela forte concentração de ramos dinâmicos que representavam cerca de 64,0% do VTI total do município, liderados pela metalurgia que detinha 16,0% do Valor da Transformação Industrial.

Ainda na RM, a área do Vale do Rio dos Sinos concentra as indústrias do complexo coureiro-calçadista. O principal município com esta especialização industrial é Novo Hamburgo, que participa com 14,0% no VTI estadual do gênero couros e peles e produtos similares.

A importância desse gênero contribuiu para a produção de calçados no vale, sendo, também, Novo Hamburgo o responsável pela alta produção nesse gênero. A produção do município participou com cerca de 70,0% da exportação de calçados da região, sendo um dos principais compradores os Estados Unidos; o restante da produção é colocado no mercado nacional.

Os grandes grupos atuantes no setor coureiro-calçadista procuram autonomia para o ramo, através da instalação de indústrias que produzem a matéria-prima básica, essencial ao processo de industrialização. Com este objetivo realizam-se investimentos na fabricação de colas e de saltos de borracha para calçados, no próprio município.

Na Região Metropolitana, outros municípios também se destacam: Canoas com gênero químico, dada a presença da Petrobrás, que implantou a Refinaria Alberto Pasqualini no município; São Leopoldo, com os gêneros mecânica, metalurgia, vestuário, calçados e artefatos de tecidos; Sapucaia do Sul com a metalurgia e têxtil; e Gravataí com o setor de material elétrico e de comunicações.

Caxias do Sul, segunda área de concentração industrial do Estado, teve sua base industrial reformulada. Inicialmente, voltada para produção de vinhos que lhe deu destaque na economia nacional, congrega, atualmente, indústrias dinâmicas de grande porte, liberadas pelo gênero material de transporte que representa 22,0% do VTI municipal. Em especial, sobressaem, pela importância, os gêneros mecânica, metalurgia, material elétrico e de comunicações.

O capital essencial ao processo industrial da região teve origem em três vertentes: a agricultura, o comércio e a própria atividade artesanal. A produção agrícola, de base familiar, tinha seus excedentes destinados ao mercado, sob forma de produtos de consumo direto, que após passou por um primeiro beneficiamento. A intermediação entre a produção agrícola e o mercado deu origem a uma atividade comercial a partir da qual foram geradas as condições para o surgimento de pequenas empresas industriais que beneficiavam a produção agropecuária e fabricavam implementos essenciais à atividade agrária. A própria atividade artesanal possibilitou reinversão de recursos nessa atividade,

dando origem a pequenas fábricas que, não raramente, evoluíram para grandes estabelecimentos.

As transformações na estrutura produtiva, intensificada na região sul do país nas últimas décadas, resultaram na intensificação da atividade industrial que é, contudo, especialmente concentrada, no caso do Rio Grande do Sul, na área de Porto Alegre-Caxias do Sul. Ao se firmar a industrialização na região, manteve-se a tradicional articulação do setor primário com a base agrária, ao mesmo tempo em que novos gêneros industriais emergiram, cabendo ressaltar, nesse contexto, a produção de bens intermediários complementares às indústrias de São Paulo, centro hegemônico da economia nacional.

Tomando-se como diretriz norteadora a dinâmica da expansão capitalista associada à industrialização, distingue-se esta região como área integrada à dinâmica global de crescimento industrial do país.

Grandes grupos industriais privados, regionais ou extra-regionais marcam, hoje, juntamente com médias e pequenas empresas, a vida industrial dos centros urbanos desta região, em cujo cenário industrial destacam-se os gêneros metalúrgico, mecânico, material elétrico e de comunicações, material de transporte, têxtil, vestuário, materiais plásticos, química e mobiliário.

A inserção progressiva desta área na dinâmica nacional de crescimento industrial constitui uma característica básica na região, que guarda, contudo, no caso da área de Caxias do Sul, a importância de gêneros industriais dependendo da base agrária local, como, por exemplo, a indústria vinícola.

Destaca-se, ainda, a área de colonização alemã da encosta da Serra Geral cuja estrutura industrial está associada a formas regionais de crescimento econômico. A sua importância agrícola representa a marca de sua origem em torno da agropecuária mercantil e a esta se associou uma atividade inicialmente artesanal de atendimento às necessidades de consumo local, que foi evoluindo para um setor industrial que atualmente atinge o mercado nacional.

A sua localização facilitou a condição de área de veraneio, sendo a função turística expressiva e alimentadora de indústrias do tipo caseiro, como a de chocolates e artigos de lã. Os gêneros dominantes de indústria são, além dos produtos alimentares e de vestuário, os de mobiliário, madeira, bebidas e têxtil. É ao setor secundário e ao inexpressivo crescimento da agricultura que se associa o grande impulso de sua urbanização efetuada no contexto de sua posição como área de expansão da metrópole de Porto Alegre.

Entre a área metropolitana e a de Caxias do Sul, a área da encosta da serra faz parte do eixo industrial que vem sendo referido como eixo metropolitano, à medida que seu conteúdo urbano-industrial está vinculado ao processo de crescimento de Porto Alegre.

5 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PROJETO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

5.1 Introdução

Muito poucas são as experiências brasileiras, bem sucedidas, de políticas regionais de desenvolvimento. De longe, destaca-se “o predomínio e a hegemonia da política macroeconômica e das políticas setoriais, sempre a-espaciais na sua concepção e sempre espaciais e concentradoras na prática” (Guimarães Neto, 1996, p.164)²³. Em conseqüência, “as políticas macroeconômicas e setoriais sempre foram políticas substantivas e as propostas e planos regionais as adjetivas” (Guimarães, 1996, p.164). E, por conseguinte, fonte e causa primeira da geração de desequilíbrios e disparidades regionais.

Isso é muito mais verdade para o Rio Grande do Sul, que quase nada fez, e faz, em termos de políticas regionais de desenvolvimento.

Fato que toma dimensões preocupantes no desenvolvimento gaúcho recente. Ao ser estimulado, a partir de políticas setoriais de aproveitamento das oportunidades decorrentes dos fluxos mundiais de capitais, está provocando desequilíbrios regionais sem precedente histórico. Concentrando, ainda mais, o já concentrado desenvolvimento gaúcho, no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul.

Essa forma de estimular o desenvolvimento **de fora para dentro**, além dos altos custos em incentivos, escancara a inexistência de um projeto estadual de desenvolvimento regional, agravando as desigualdades sociais intra-regionais.

No entendimento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, é chegada a hora de se considerar, nas propostas, projetos, políticas e planos, as diferenças, as diversidades e as pluralidades contidas nas potencialidades regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Um desenvolvimento que deverá ser dinamizado **de dentro para fora**. Os fluxos de capitais, produtivos e financeiros, decorrentes da abertura da economia, devem estar atrelados a um projeto estadual de desenvolvimento, aberto aos múltiplos modelos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Em outros termos, a **abertura para fora**, para aproveitar o dinamismo da economia mundial deve vir acompanhada de uma **abertura para dentro**, para dinamizar as potencialidades regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

²³ GUIMARÃES NETO, L. A experiência brasileira de planejamento regional da perspectiva do nordeste. In: JUNG, W. E REZENDE, F. A. *Política regional na era da globalização*. Debates. Brasília: IPEIA, nº 12, 1996.

As diretrizes aqui apresentadas orientarão a concepção e a execução das políticas de regionalização do desenvolvimento gaúcho. Serão configuradoras de um projeto estadual de desenvolvimento regional que destrua na origem e nos fundamentos “a tradição setorial, a-espacial e concentradora espacial dos investimentos” de se fazer política de desenvolvimento. Dessa forma, rompe, também, com a concepção e a prática, paliativa, de se fazer planejamento regional (espacial ou territorial) como compensatório ou adjetivo.

Parte-se do pressuposto de que é necessário, e mais, de que é possível conceber e praticar um projeto estadual de desenvolvimento regionalizado, espacializado ou territorializado. Um projeto estadual de desenvolvimento fundado em estratégias e políticas regionais que, além de enfrentar os desequilíbrios regionais, tenha como meta fazê-lo através da sensível redução das desigualdades sociais intra e interregionais.

É necessário e possível porque “la construcción política (...) de las (...) regiones debe hacerse desde y con la embrionária sociedad regional. Construir una región significa potenciar su capacidad de auto-organización, transformando una comunidad inanimada, segmentada por intereses setoriales, poco perceptiva de su identidad territorial y en definitiva, pasiva, en otra, organizada, cohesionada, consciente de la identidad sociedad-región, capaz de movilizar-se tras proyectos políticos coletivos, es decir, capaz de transformarse en sujeto de su propio desarrollo”. (Boisier, 1991 apud Boisier, 1996, p.26)²⁴.

Transformar as regiões gaúchas, através de seus agentes sociais, econômicos e políticos, em sujeitos de concepção e conformação de seus modelos próprios e específicos de desenvolvimento e, por conseguinte, de seus modelos de inserção no desenvolvimento globalizado é pressuposto, meio e fim do projeto estadual de desenvolvimento regional.

Parafrazeando Guimarães Neto (1996, p. 175 e 176), não é seguramente uma tarefa fácil pensar, para um estado heterogêneo como o Rio Grande do Sul, um projeto como o que aqui está sendo desenhado, de ordenamento territorial ou espacial do desenvolvimento, no qual seja estabelecida e negociada uma configuração de regiões e atividades econômicas, sociais e políticas capazes, não só de aproveitar oportunidades da abertura para fora mas de potencializar as dotações de recursos (naturais, culturais, ético-morais), as vantagens comparativas decorrentes de uma abertura para dentro. Com isso, pode-se garantir às populações regionais uma base produtiva que permita a convergência de níveis de renda e de um padrão de vida entre os habitantes das mais diferentes regiões gaúchas.

²⁴ BOISIER, S. Modernidad y territorio. *CUADERNOS DEL ILPES*. Santiago do Chile: CEPAL, n. 42, 1996.

5.2 Diretrizes gerais

- REGIONALIZAR o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, considerando, na concepção e na prática, as condições, os recursos regionais (naturais, culturais, ético-morais) como pressuposto, meio e fim do desenvolvimento econômico, social e político das múltiplas regiões gaúchas.

- AVANÇAR a participação social combinando formas de democracia direta com a representação política.

- ARTICULAR, estrategicamente, os agentes regionais (econômicos, sociais e políticos) de desenvolvimento, transformando-os em sujeitos na construção de um modelo diferenciado de inserção regional no processo de desenvolvimento globalizado.

- CONCEBER o desenvolvimento regional como um processo articulado e aberto para fora (para o global) e para dentro (para o local).

5.3 Diretrizes específicas

5.3.1 Diretrizes da área social

ÁREA SOCIAL

Fortalezas:	COREDES Associativismo Sistema educacional Rede de cidades IDH
Ameaças:	Exclusão social Aumento dos desequilíbrios regionais Concentração territorial do desenvolvimento Perda da função pública do Estado
Debilidades:	Infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, saúde, transporte) Ensino inadequado Gestão pública desarticulada Desequilíbrios regionais Baixa integração intra-setorial e interinstitucional Desigualdades sociais Desorganização social Assistencialismo paternalista Financiamento inadequado
Oportunidades:	Qualificação do ensino

Universalização do ensino fundamental
Região como referência para o desenvolvimento
Cidades e regiões estratégicas
Novos papéis do Estado
Incentivo ao terceiro setor

- TRANSFORMAR os objetivos sociais em objetivos fins do desenvolvimento regional e os objetivos econômicos em objetivos meios.

- MELHORAR a qualidade de vida da população regional.

- INCENTIVAR o associativismo e todas as demais formas solidárias de viabilização do desenvolvimento.

- ESTIMULAR o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos diferenciados e diferenciadores do desenvolvimento.

- INTERLIGAR cidades e regiões em redes estratégicas de desenvolvimento.

- FORTALECER a sociedade organizada regional (sociedade civil).

- AMPLIAR os controles sociais sobre o poder econômico e o poder político.

- IGUALAR oportunidades mínimas e básicas de desenvolvimento, intra e interregional.

- RECONHECER as diferenças étnicas e sociais como potencialidade diferenciadora do desenvolvimento de cada região.

5.3.2 Diretrizes da área política

ÁREA POLÍTICA

Fortaleza:	COREDES Pluralidade ideológica Associativismo/parceria Identidade
Ameaças:	Perda da função pública do Estado Desestruturação da sociedade organizada
Debilidades:	Gestão pública desarticulada Descontinuidade das políticas de desenvolvimento Baixa integração interinstitucional Crise da representação democrática Assistencialismo paternalista
Oportunidades:	Universalização do ensino fundamental Ressurgimento do local e da região Mercosul

- **ESPACIALIZAR** o desenvolvimento econômico viabilizando a gestão local-regional da geração de emprego e renda.

- **REGIONALIZAR** o orçamento estadual (e federal).

- **PRIORIZAR** hierarquizando as demandas universais, regionais, setoriais e corporativas.

- **CRIAR** as bases informativas e transparentes para o crescente controle direto da cidadania sobre o estado.

- **CONCEBER E PRATICAR** um projeto estadual de desenvolvimento regionalizado, territorializado, espacializado, considerando a sua diversidade natural, as diferenças sociais, a pluralidade ideológica e, principalmente, os desequilíbrios e as disparidades regionais.

- **ORGANIZAR E INSTRUMENTALIZAR** um espaço público não-estatal.

- **DESCENTRALIZAR** o Estado, assegurando autonomia, competências, capacidade e recursos para outras estruturas deliberativas e executivas, locais-regionais.

- **FORMULAR** as políticas regionais como fim e as políticas setoriais como meio.

- **FORTIFICAR** a articulação intra e interregionais da gestão pública.

- **VIABILIZAR** aos agentes regionais do desenvolvimento o acesso a informações qualificadas.

- **ASSEGURAR** a função pública do estado.

- **DAR** continuidade às políticas de desenvolvimento.

- **GARANTIR** as funções estratégicas do Estado no processo de desenvolvimento, sendo produtor, financiador, regulador, viabilizador da infraestrutura social e econômica quando for uma necessidade social, a intervenção.

5.3.3 Diretrizes da área tecnológica

ÁREA TECNOLÓGICA

Fortalezas: Pólos de Modernização Tecnológica

Sistema de IES

COREDES

Ameaças: Velocidade da introdução de inovações científicas e tecnológicas

Debilidades: Atraso tecnológico

Pesquisa descolada das necessidades sociais e produtivas

Baixa integração intra-setorial e interinstitucional

Oportunidades: Transferência e difusão tecnológica

- **CONSOLIDAR** as experiências regionais de modernização tecnológica.

- **GARANTIR** o repasse constitucional de 1,5% para a ciência e tecnologia (FAPERGS).

- **ARTICULAR** a gestão pública na área de C&T.

- **INCENTIVAR** a realização de pesquisas cooperadas INTERIES-RS e CENTROS DE PESQUISA DO ESTADO.

- **AVANÇAR** aprofundando as parcerias no desenvolvimento de produtos e processos entre IES-RS, CENTRO DE PESQUISA e SETOR PRODUTIVO.

- **ESTIMULAR** a configuração de estruturas de transferência de tecnologia, especialmente para os pequenos e médios empreendimentos.

- **FORMULAR** uma política estadual de C&T para o desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul.

5.3.4 Diretrizes culturais

ÁREA CULTURAL

Fortalezas: Localização geográfica

Diversidade cultural

Associativismo

Identidade

Ameaças:

Debilidades: Diferenças culturais

Oportunidades: Mercosul

- **PRESERVAR** o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico regional.

- **POPULARIZAR** massificando o acesso aos bens culturais.

- **RESGATAR**, valorizando, as raízes culturais regionais.

- **RECONHECER** a dimensão cultural, de cada região, como potencialidade diferenciadora do desenvolvimento regional.

5.3.5 Diretrizes da área ambiental

ÁREA AMBIENTAL

Fortalezas: Diversidade natural

Identidade

Preocupação ambiental

Ameaças: Degradação ambiental

Desarticulação do controle estatal

Debilidades: Infra-estrutura de saneamento deficiente

Gestão pública desarticulada

Descontinuidade das políticas de desenvolvimento

Defesa passiva dos recursos ambientais

Oportunidades: Comitês de bacia
Qualificação do ensino

- PRATICAR um desenvolvimento regional sustentável.
- CRIAR as condições para as políticas ambientais terem continuidade.
- RECONHECER a biodiversidade como potencialidade diferenciadora do desenvolvimento das regiões.
- ASSEGURAR a participação social e da sociedade organizada na formulação e execução das políticas ambientais.
- GARANTIR o controle direto dos interessados no uso e preservação das condições naturais para a reprodução da vida.
- ARTICULAR a gestão pública dos recursos naturais.
- REFORÇAR os mecanismos de controle e fiscalização da poluição ambiental.
- TORNAR acessível tecnologias de controle e monitoramento do uso sustentável dos recursos naturais.
- INTEGRAR os conceitos de desenvolvimento auto-sustentável ao ensino fundamental.
- ESTIMULAR a organização intra, intermunicipal e regional, tendo em vista a resolução dos problemas ambientais.
- PROMOVER a implantação e consolidação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

5.3.6 Diretrizes da área econômica

ÁREA ECONÔMICA

Fortalezas: Agricultura familiar
Estrutura fundiária de pequena propriedade
Tradição Cooperativista
Indústria diversificada
Empresas de capital local
Grupos empresariais de pequeno e médio porte
Regionalização da produção
Reforma do Estado e recuperação da capacidade de investimento em infra-estrutura
Identidade
COREDES

Ameaças: Mudança de modelo
Mercosul

Degradação ambiental

Aumento dos desequilíbrios regionais

Primado do privado

Concentração territorial do desenvolvimento

Debilidades:

Latifúndio

Infra-estrutura de transportes e urbana

Atraso tecnológico

Descontinuidade das políticas de desenvolvimento

Gestão pública desarticulada

Ensino inadequado

Financiamento de longo prazo inadequado

Empresas familiares sem profissionalismo

Assistencialismo paternalista

Desequilíbrios regionais

Oportunidades:

Mercosul

Qualificação do ensino

Universalização do ensino fundamental

Região como referência para o desenvolvimento

Cidades e regiões estratégicas

Transferência e difusão tecnológica

Redescoberta de potencialidades

Novos papéis do Estado

- ADENSAR as cadeias produtivas.
- INCENTIVAR a criação de empresas de base tecnológica.
- ESTIMULAR a agricultura familiar.
- INSTRUMENTALIZAR a ocupação informal.
- RECUPERAR a competitividade de áreas e setores de baixo dinamismo.
- VIABILIZAR linhas de financiamento adequadas às condições diferenciadas de competitividade, ao longo prazo e à consolidação de empreendimentos emergentes.
- INCENTIVAR a inovação tecnológica.
- BUSCAR o desenvolvimento auto-sustentável.
- REGIONALIZAR o desenvolvimento
- DEFINIR um sistema de incentivos adequado às diretrizes de desenvolvimento regionalizado e auto-sustentado.
- ESTIMULAR o turismo como alternativa de geração de emprego e renda.

BIBLIOGRAFIA

- AMANHÃ. O mercado venceu. Outubro 1994.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CAMPOLINA DINIZ, Clélio. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, 1995. Texto para discussão n. 375.
- CEPII. *Économie mondiale 1990-2000: l'impératif de la croissance*. Paris: Economica, 1992.
- CHUDNOVSKY, Daniel et al. *Los límites de la apertura*. Buenos Aires: Alianza, 1996.
- COMUNIDADE EUROPÉIA. Mission d'appui aux programmes communautaires. *Dynamique de l'emploi et développement territorial*. Paris: GREP/Pour avec, 1996.
- COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato. *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996. p. 219-237.
- FERNANDEZ, Wilson. *Mercosur - economía, política y estrategia en la integración*. Montevideo: FCU, 1992.
- FERREIRA, Maria Carmen, RAMOS OLIVEIRA, Julio. *Mercosur enfoque laboral*. Montevideo: FCU, 1991.
- FOLHA DE SÃO PAULO. BNDES avalia estratégias de grandes grupos. 22/04/96.
- FRANÇA. Ministério do Interior. *Les nouvelles relations État-collectivités locales*. Paris: La Documentation française, 1991.
- GADOTTI. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 1988.
- GAUDIN, Thierry. *L'aménagement du territoire vu de l'an 2100*. Paris: L'aube, 1994.
- GAZETA MERCANTIL. Projeto prevê rede de cidades. 07/02/96.
- GAZETA MERCANTIL. Um ano de Mercosul. 15/10/96.
- GILLY, Jean-Pierre (Org.). *L'Europe industrielle horizon 93*. Paris: La Documentation française, 1991.
- INNOCENTINI, M. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Tecnos, 1979.

- LECLERC, Romuald, PARIS, Yves, WACHTER, Serge. *Les régions au futur*. Paris: L'aube/DATAR, 1995.
- LEITE, M. A. P. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MALECKI, Edward. *Technology and economic development*. Essex: Longman, 1991.
- O MUNDO HOJE. *Anuário econômico e geopolítico mundial 95/96*. São Paulo: Ensaio. 1996.
- PYKE, Frank, SENGENBERGER, Werner (Orgs.). *Industrial districts and local economic regeneration*. Genebra: ILO, 1992.
- RAU, Johannes. Les défis européens: pour des décisions plus proches des citoyens et une participation plus active des régions. *Banquet*. 1 semestre 1996, n. 8, p. 149-155.
- RODRIGUEZ, Juan Manuel. *El Mercosur después de Buenos Aires*. Montevideo: FCU, 1995.
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura, SOUZA, Maria Adélia de (Orgs.). *Território - globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec:Anpur, 1994.
- SAVY, Michel, VELTZ, Pierre. *Économie globale et réinvention du local*. Paris: L'aube/DATAR, 1995.
- STOLOVICH, Luis. *El impacto de la integración económica sobre el mundo del trabajo. El caso del Mercosur*. Montevideo: CIEDUR-DATES, 1994.
- STROH, P.Y. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza*. São Paulo; Recife: Cortez, Joaquim Nabuco, 1995.
- THE ECONOMIST. Remapping South America. 12/10/96
- THORSTENSEN, Vera et al. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994.

DIRETORIA EXECUTIVA DOS COREDES-RS

Presidente: Dinizar Fermiano Becker

End.: Rua Avelino Talini, 171
Lajeado - RS CEP: 95900-000
Fone: (051) 748-5000 Fax: (051) 710-2944
Cel.: (051) 995-4681
Res.: (051) 748-3793
E-mail: dbecker@fates.tche.br

Vice-presidente: José Oswaldo Jardim Filho

End.: UFSM - Campus Universitário
Santa Maria - RS CEP: 97119-900
Fone: (055) 220-8253 Fax: (055) 220-8695
Cel.: (055) 951-9985
Res.: (055) 221-5187

Secretário: João Olavo P. Rosés

End.: Rua D. Carlinda, 455
Canela - RS CEP: 95680-000
Fone: (054) 282-4077 / r.167 Fax: (054) 282-1289
Cel.: (054) 971-4539

Tesoureiro: Roselani Sodré da Silva

End.: Rua José Machado Mendonsa, 273
Pelotas - RS CEP: 96040-270
Fone: (0532) 758100/210792 Fax: (0532) 210792
Cel.: (0532) 981-5026

Serviço de Apoio:**Centro Administrativo do Estado**

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 10ª andar
Porto Alegre - RS CEP: 90119-900
Fone: (051) 226-9964 Fax: (051) 225-3238

PRESIDENTES DOS COREDES-RS

COREDE ALTO JACUÍ - Presidente: Luiz Pedro Bonetti

Av. General Osório, 533 - Cruz Alta - 98085-150
FONE: (055)322-7777 / FAX: (055)322-7850

COREDE CAMPANHA - Presidente: Morvan Meirelles Ferrugem

Av. Tupi Silveira, 2099 - URCAMP - Bagé - 96400-110
FONE: (0532)42-8244 / FAX: (0532)42-8898

COREDE CENTRAL - Presidente: José Oswaldo Jardim Filho

UFSM - Campus Universitário - Santa Maria - 97119-900
FONE: (055)220-8253 / FAX: (055)220-8695

COREDE CENTRO-SUL - Presidente: Luiz Cezar Oliveira Leite

Rua Oto Nordin, 45 - Cerro Grande do Sul - 96770-000
FONE: (051)675-1225 / FAX: (051)675-1122

COREDE FRONTEIRA NOROESTE - Presidente: Roberto A. Donadell

Rua São Francisco, 246 - Santa Rosa - 98900-000
FONE: (055)541-1560 / FAX: (055)541-1352

COREDE FRONTEIRA OESTE - Presidente: Leo A. S. Tatch

Rua Aparício Mariense, 1751 - São Borja - 97670-000
FONE: (055)431-4455 / FAX: (055)431-1505

COREDE HORTÊNSIAS - Presidente: João Olavo P. Rosés

Rua Dª Carolina, 455, Cx.P.001 - Canela - 95680-000
FONE: (054)282-4077 / FAX: (054)282-1289

COREDE LITORAL - Presidente: Jaime Carpes Athayde

Av. Santa Rosa, 195 - Imbé - 95625-000
FONE: (051)627-2655 / FAX: (051)661-2657

COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI - Presidente: Edemar Girardi

Av. Assis Brasil, 709 - URI - Frederico Westphalen - 98400-000
FONE: (055)744-4040 / FAX: (055)744-4111

COREDE MISSÕES - Presidente: Antônio Alberto G. Toscani
 Av. Universidade das Missões, 393 - Santo Ângelo - 98802-470
 FONE: (055)313-1400 / FAX: (055)313-1400

COREDE NORDESTE - Presidente: Moacir Caragnato Perin
 Rua Presidente Vargas, 581 - PM - Barracão - 95370-000
 FONE: (054)356-1244 / FAX: (054)356-1244

COREDE NOROESTE COLONIAL - Presidente: Walter Frantz
 Rua São Francisco, 501 - UNIJUÍ - Ijuí - 98700-000
 FONE: (055)332-7100 / FAX: (055)332-9100

COREDE NORTE - Presidente: Júlio Cezar Brondani
 Av. Sete de Setembro, 1621, Cx.P.743 - Erechim - 99700-000
 FONE: (054)321-2066 / FAX: (054)321-1922

COREDE PARANHANA - Presidente: Delmar Henrique Backes
 Rua Júlio de Castilhos, 2084 - Taquara - 95600-000
 FONE: (051)542-6066 / FAX: (051)542-6066

COREDE PRODUÇÃO - Presidente: Elydo Alcides Guareschi
 Cx.P. 611 - Passo Fundo - 99001-970
 FONE: (054)316-8103 / FAX: (054)311-1307

COREDE SERRA - Presidente: Rui Pauletti
 Av. Francisco Getúlio Vargas, s/n^a - Caxias do Sul - 95001-970
 FONE: (054)212-1133 / FAX: (054)212-1049

COREDE SUL - Presidente: Roselani Sodré da Silva
 Rua José Machado Mendonça, 273 - Pelotas - 96040-270
 FONE: (0532)21-0792 / FAX: (0532)21-0792

COREDE VALE DO CAÍ - Presidente: Valério José Calliari
 Prefeitura de Barão - Barão - 95730-000
 FONE: (051)696-1200 / FAX: (051)696-1040

COREDE SINOS - Presidente: Vanderlan de Vasconcelos
 Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo - 93022-000
 FONE: (051)590-3333 r:5528 / FAX: (051)592-1035

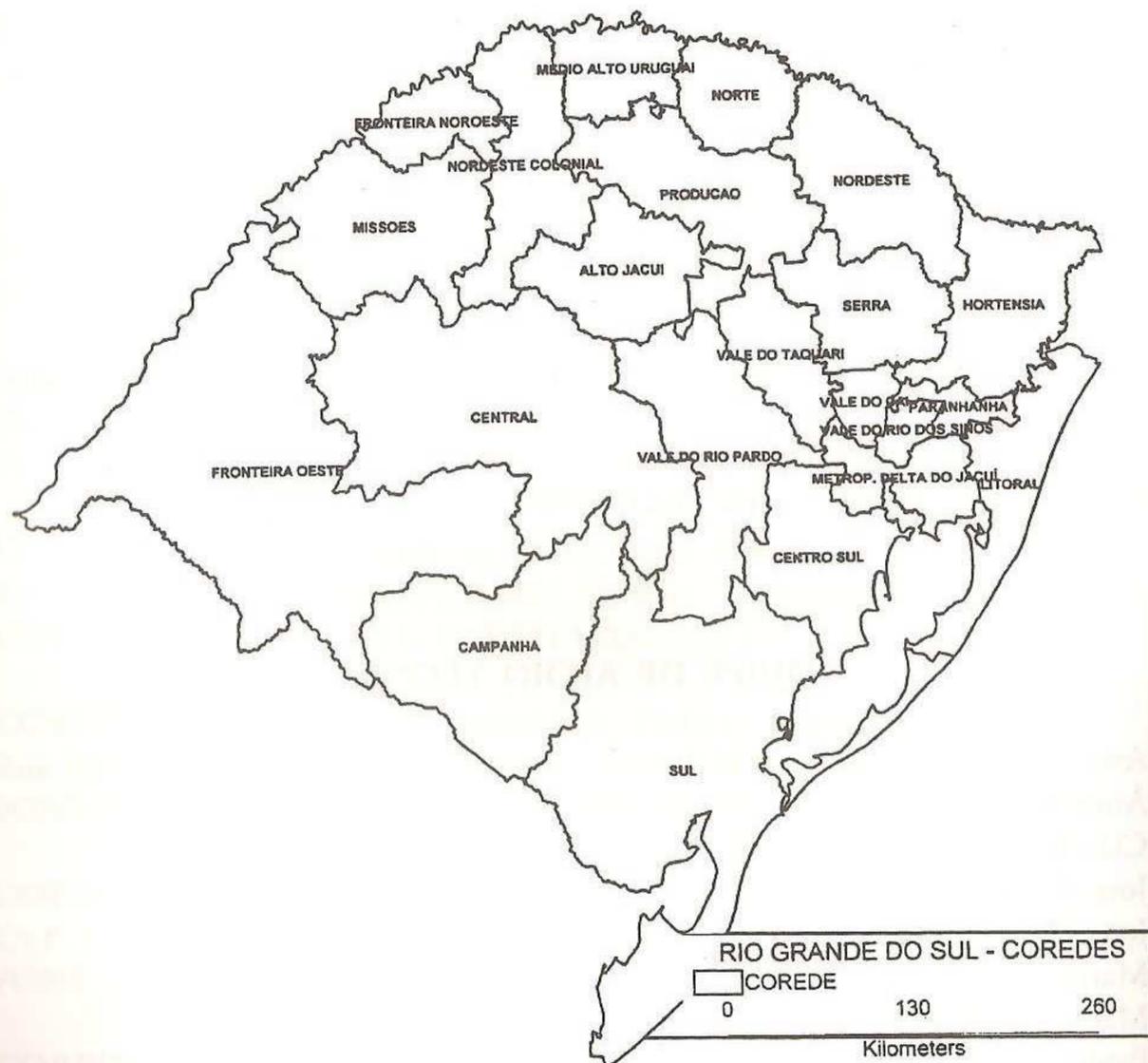
COREDE VALE DO RIO PARDO - Presidente: Luiz A.Campis
 Av. Independência, 2239 - Santa Cruz do Sul - 96815-900
 FONE: (051)717-1633 / FAX: (051)717-1855

COREDE VALE DO TAQUARI - Presidente: Dinizar F. Becker
 Rua Avelino Talini, 171, Cx.P. 155 - Lajeado - 95900-000
 FONE: (051)714-6188 / FAX: (051)710-2944

COREDE METROPOLITANO DELTA JACUÍ - Presidente: Wrana Panizzi
 Rua Paulo Gama, 110 - Porto Alegre
 FONE: (051)221-4133 / FAX: (051)316-3973

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Ana Flávia Mendicelli - UFRGS
 Ângela Bacchieri Duarte - METROPLAN
 Cláudio Marques - UNISINOS
 José Adamoli - DDRU
 José Oltramari - UCS
 Maria Alice Lahorgue - UFRGS
 Maria conceição Lopes da Silva - METROPLAN
 Paulo Afonso Frizzo - UNIJUÍ
 Rogério Silveira - UNISC
 Zefferino Perin - URI Erechim



MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DOS COREDES-RS

1. **ALTO JACUÍ:** Alto Alegre, Campos Borges, Colorado, Cruz Alta, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirapuitã, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Mormaço, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Tapera e Victor Graeff.

2. **CAMPANHA:** Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul.

3. **CENTRAL:** Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguarí, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polesine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda, Vila Nova do Sul.

4. **CENTRO - SUL:** Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes.

5. **FRONTEIRA NOROESTE:** Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.

6. **FRONTEIRA OESTE:** Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaina.

7. **HORTÊNSIAS:** Bom Jesus, Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes.

8. **LITORAL:** Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

9. **MÉDIO ALTO URUGUAI:** Alpestre, Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Sagrada Família, Seberí, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.

10. MISSÕES: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Itacurubi, Pirapó, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

11. NORDESTE: André da Rocha, Barracão, Cacique Double, Caseiros, Charrua, Esmeralda, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Paim Filho, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tupanci do Sul e Vacaria.

12. NOROESTE COLONIAL: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

13. NORTE: Aratiba, Áurea, Barão do Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamim Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Ponte Preta, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

14. PARANHANA - ENCOSTA DA SERRA: Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Coroas.

15. PRODUÇÃO: Água Santa, Barra Funda, Carazinho, Casca, Camargo, Chapada, Ciríaco, Constantina, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhana, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pontão, Ronda Alta, Rondinha, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, São José das Missões, Sarandi, Sertão, Soledade, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro e Vila Maria.

16. SERRA: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Campestre da Serra, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabijú, Guaporé, Ipê, Montauri, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Côrrea, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

17. SUL: Amaral Ferrador, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

18. VALE DO CAÍ: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

19. VALE DO RIO DOS SINOS: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

20. VALE DO RIO PARDO: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, e Vera Cruz.

21. VALE DO TAQUARI: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Capitão, Colinas, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vila Nova, Fontoura Xavier, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Lajeado, Marques de Souza, Mato Leitão, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, São José do Herval, Sério, Tabai, Taquari, Teutônia, Travesseiro e Vespasiano Corrêa.

22. METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Triunfo e Viamão.